

Regime não é provisório, diz Leônidas

SÁBADO — 31 DE JANEIRO DE 1987

Rio, diz Leônidas

JOSE NEUMANNE PINTO

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, não apenas defende o cumprimento integral do mandato de seis anos pelo presidente José Sarney, como condiciona a esse cumprimento a estabilidade e a legitimidade de todo o arcabouço jurídico em que o País vive com partidos políticos, Justiça, entidades de classe etc. "Para o Brasil prosseguir em seu caminho, é necessário que todo esse arcabouço jurídico, sobre o qual se assenta o sistema democrático, seja legítimo. E, se é legítimo, como dele se pode excluir o mandado de supremo magistrado da Nação? Se acontecer tal exclusão, estará acontecendo uma incoerência histórica; poderá estar sendo cometida uma levíssima geração."

Durante o almoço, no QG do Exército, no Setor Militar Urbano conhecido no jargão interno como "Faz. A. acha", em Brasília, o general Pires Gonçalves não se furtou a comentar as palavras do deputado José Genoino do PT, segundo as quais o governo Sarney deve ser considerado "provisório". "Se o governo fosse provisório, tudo então seria provisório", comentou o ministro, que enfatizou ao *Estado* que sua defesa do cumprimento do mandato de seis anos pelo presidente da República não é obra operas de uma vontade ou de uma só pessoa sua, mas de lógica, para que tudo possa functionar e continuar e o Brasil possa seguir seu caminho, sem europeus nem tropeços.

"Eu acho que a atividade política é uma atividade nobre", disse o ministro do Exército durante seu jantar de todos os dias, depois do almoço, para fazer a digestão no último andar, o mesmo onde fica o restaurante do QG do Exército. "Mas acho também que essa atividade tem uma finalidade precisa, que é a de assegurar uma sólida estrutura administrativa. Essa estrutura é a base que faz o País crescer. Como nós, brasileiros queremos o bem comum, não podemos aceitar a atividade política como um fim isolado, uma atividade que se encerra em sua própria essência. Ela deve ter o objetivo de fazer a administrar, é função, e não ter o objetivo de ser apenas ela mesma, em si encerrada. Às vezes me surpreendo com as opiniões de alguns líderes que parecem desejar

uma eleição por mês. É evidente que a eleição é a essência do regime democrático, mas é preciso que, entre uma eleição e outra, seja dada um período à administração pública", comentou o general Leônidas Pires Gonçalves.

Mesmo fazendo a crítica da "política pela política", o chefe militar observou que o País inteiro deve submeter-se ao que soberanamente foi decidido pela Assembleia Nacional Constituinte — que se reúne a partir de amanhã — em relação à duração do mandato do presidente da República.

"Nós nos submeteremos mas confesso que gostaria que os constituintes analisassem bem essas questões que estamos pondo na mesa para o debate aberto e franco. É preciso, sobretudo, que prevaleça o bom senso e o pragmatismo", disse. Pragmaticamente, o general Pires Gonçalves lembrou que o presidente da República, como qualquer administrador, sempre tem dificuldade de administrar no primeiro ano do mandato — período de aprendizado e aprimoramento — e é por isso que ele pede à Constituinte que seja dado um tempo à administração de José Sarney.

Segundo o ministro do Exército, "o País precisa institucionalizar-se o mais rápido possível, porque sem estabilidade política não se pode trabalhar para construir uma riqueza sólida num regime econômico também estável. Se é preciso estabelecer objetivos, buscá-los e alcançá-los — o que acredito plamente, deve ser o objetivo de qualquer governo — não se deve esquecer o fato de que quaisquer turbulências políticas ou administrativas não constroem absolutamente nada, neste momento da vida nacional. E nós precisamos construir, não tenha dúvida disso. A institucionalização urgente que defendo é justamente a garantia que o País precisa para aproveitar bem suas potencialidades, que são muito amplas e múltiplas, dos pontos de vista físico, econômico, geográfico e também de riquezas naturais e da qualidade do povo. O povo brasileiro é muito bom e merece um destino, no qual essas potencialidades sejam adequadamente trabalhadas para tornar-se uma realidade. Não vejo outro caminho para esse destino que não passe pela mais absoluta estabilidade política e administrativa", acredita o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

ANC 88

Pasta 20 a 30

Jan/87

159